

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 21 de março de 2019 às 08h11
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Patentes

As polêmicas sobre o acordo entre Brasil e EUA para uso do centro espacial de Alcântara **3**
CIÊNCIA

Pirataria

Receita Federal apreende cerca de R\$10 milhões em brinquedos piratas no centro de SP **8**
CIDADE | ANA PAULA NIEDERAUER

BOL - Notícias | BR

21 de março de 2019 | Propriedade Intelectual

Negociadores comerciais americanos visitarão a China na próxima semana **9**

Yahoo! Notícias Brasil | BR

Patentes

Maxell abre processo contra Apple acusando-a de violação de patentes **10**

As polêmicas sobre o acordo entre Brasil e EUA para uso do centro espacial de Alcântara

CIÊNCIA

Ministério da Defesa / BBC News Brasil



Localização de Alcântara, próxima à linha do Equador, permite economia de 30% no combustível usado para lançar foguetes

Entraves à **transferência de tecnologia**, riscos à soberania nacional e impactos sobre comunidades quilombolas estão entre os pontos mais controversos da negociação; governo não divulgou o teor do acordo, que terá de ser aprovado pelo Congresso para entrar em vigor.

Um dos principais resultados da visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos nesta semana, o acordo que prevê o uso pelos EUA do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, divide especialistas e gera temores em comunidades da região.

O governo Bolsonaro afirma que o acordo - cujo conteúdo ainda não foi divulgado - estimulará o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro e poderá gerar investimentos de até R\$ 1,5 bilhão na economia nacional.

Críticos do pacto apontam, porém, possíveis entraves à **transferência de tecnologias** para o Brasil, riscos à soberania nacional e efeitos nocivos para moradores de Alcântara, entre os quais remoções de comunidades quilombolas.

Município com 22 mil habitantes a cerca de 100 km de São Luís, Alcântara fica numa península com localização privilegiada para o lançamento de foguetes e satélites. Próximo à linha do Equador, o centro - inaugurado pela Força Aérea Brasileira (FAB) em 1983 - possibilita uma economia de até 30% no combustível usado nos lançamentos.

No entanto, como o setor é pouco desenvolvido no Brasil e tentativas anteriores de parcerias não prosperaram, a instalação jamais foi utilizada para lançamentos de satélites.

Proteção de patentes

Acervo pessoal / BBC News Brasil



Erica Resende, professora adjunta da Escola Superior de Guerra, diz que Alcântara tem condições de rivalizar com o principal centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia

Continuação: As polêmicas sobre o acordo entre Brasil e EUA para uso do centro espacial de Alcântara

FAB / BBC News Brasil



Centro de Lançamento de Alcântara foi inaugurado em 1983, mas jamais foi plenamente utilizado

MCTIC / BBC News Brasil



O chanceler Ernesto Araújo (esq.) assina o acordo de Salvaguardas Tecnológicas ao lado do ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia)

Conaq / BBC News Brasil



Alcântara é o município brasileiro com maior número de comunidades quilombolas, segundo lideranças locais

Em nota, o Ministério de Ciência e Tecnologia afirma que o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado por Bolsonaro e pelo presidente americano, Donald Trump, permitirá aos EUA e outras nações lançarem satélites a partir de Alcântara.

Segundo o órgão, acordos semelhantes são adotados por países como China, Rússia e Índia, e buscam "a proteção de **patentes** e tecnologias".

O ministério diz que o acordo também prevê o desenvolvimento de satélites com participação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), entre outras entidades ligadas ao órgão. Não foram divulgados detalhes de como será essa participação e se os órgãos brasileiros terão acesso a tecnologias americanas.

Para vigorar, o acordo terá de ser aprovado pelo Congresso brasileiro.

Acordo Brasil-EUA nos anos FHC

Em 2000, o governo Fernando Henrique Cardoso negociou uma parceria sobre Alcântara com os EUA, mas o pacto foi rejeitado por parlamentares brasileiros. Na época, políticos contrários à parceria argumentaram que o documento feria a soberania nacional.

Um dos pontos polêmicos do acordo tratava da entrada dos componentes americanos no Brasil. O texto definia que os itens poderiam ingressar em contêineres lacrados, sem qualquer inspeção. Outro ponto proibia o uso de recursos gerados pelo centro de Alcântara no desenvolvimento de foguetes lançadores brasileiros.

Segundo o embaixador brasileiro nos EUA, Sérgio Amaral, as críticas que levaram à rejeição do acordo em 2000 foram solucinadas no novo pacto. Mas as mudanças também não foram detalhadas.

Continuação: As polêmicas sobre o acordo entre Brasil e EUA para uso do centro espacial de Alcântara

A negociação entre os dois países foi retomada no governo de Michel Temer. Em 2017, o Brasil enviou uma sugestão de texto para os EUA, que responderam em 2018.

Salvaguardas tecnológicas

Para Erica Resende, professora adjunta de Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra, Alcântara tem o potencial de rivalizar com o Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, principal base de lançamentos da Agência Espacial Europeia.

Ela diz, no entanto, que o acordo com os EUA apresenta pontos problemáticos. Um deles é a adoção de salvaguardas (proteções) tecnológicas - o que, segundo ela, impedirá a **transferência de tecnologias** para o Brasil.

Resende diz que, na prática, o Brasil alugará o centro para os Estados Unidos, que decidirão quais países poderão usá-lo e quem terá acesso às tecnologias. É improvável, segundo ela, que os EUA autorizem o uso do centro para lançamentos da China, país que tem investido muito no setor aeroespacial e poderia se interessar em utilizar Alcântara.

"A base tem um custo de manutenção muito alto, e o ônus será do Brasil. Não está claro qual será o ganho econômico do acordo com os EUA", diz Resende.

Parceria com Ucrânia

Em 2004, após a rejeição do acordo fechado por FHC, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva negociou uma parceria com a Ucrânia para explorar o centro. O país da Europa Oriental herdou tecnologias espaciais dos tempos em que integrava a União Soviética. A parceria foi anulada em 2015 em meio a críticas aos altos custos e poucos resultados da iniciativa.

Antes da parceria com a Ucrânia, o Brasil passou anos tentando desenvolver um foguete Veículo de

Lançamento de Satélites (VLS). Houve três tentativas frustradas de lançá-lo de Alcântara - na última delas, em 2003, o foguete explodiu em solo, causando 21 mortes.

Desde então, o governo decidiu focar o desenvolvimento do Veículo Lançador de Microsatélite (VLM). Mais baratos, os satélites menores têm ganhado mercado na produção de imagens de vigilância, navegação por GPS e comunicação por internet.

Segundo Resende, diferentemente do acordo firmado com os EUA, a parceria com a Ucrânia previa a **transferência de tecnologias** para o Brasil.

Documentos diplomáticos divulgados pelo WikiLeaks revelam que os EUA viam com preocupação a parceria entre Brasil e Ucrânia.

Em 2009, o Departamento de Estado americano expressou à Embaixada dos EUA em Brasília a posição do órgão diante do pedido da Ucrânia para que os americanos reconsiderassem sua recusa em apoiar a parceria de Alcântara.

"Queremos lembrar às autoridades ucranianas que os EUA não se opõem ao estabelecimento de uma plataforma de lançamentos em Alcântara, contanto que tal atividade não resulte na **transferência de tecnologias** de foguetes ao Brasil", dizia a mensagem do Departamento de Estado.

Para Resende, o documento levanta dúvidas sobre a disposição dos EUA em colaborar com o Brasil no desenvolvimento do setor. "É estranho que, passados dez anos, os americanos tenham mudado tanto que agora venham com uma retórica de cooperação", ela diz.

Extraterritorialidade

Outro ponto questionável do acordo, segundo a professora, é a restrição de acesso a partes da base, que es-

Continuação: As polêmicas sobre o acordo entre Brasil e EUA para uso do centro espacial de Alcântara

taria prevista numa cláusula de extraterritorialidade. Segundo Resende, os americanos argumentam que a medida busca minimizar os riscos de espionagem tecnológica.

Mas ela diz que a cláusula criaria um espaço no qual o Estado brasileiro não teria soberania, cenário que sempre foi rejeitado por autoridades nacionais.

Resende afirma que após o 11 de Setembro, por exemplo, o Brasil não cedeu às pressões dos EUA para criar espaços extraterritoriais em portos brasileiros onde americanos pudessem vistoriar as cargas que seriam exportadas para o país.

O Brasil também sempre se opôs à instalação de bases americanas em países vizinhos, diz ela.

Segundo Resende, as bases costumam provocar impactos indesejáveis onde são instaladas, como aumento no consumo de álcool, violência e prostituição.

Ela afirma que em países que abrigam bases dos EUA, como as Filipinas e o Japão, muitos militares americanos que praticam atos ilícitos escapam de punições por causa da cláusula de extraterritorialidade - o que gera revolta entre moradores locais.

No caso de Alcântara, diz Resende, o centro agregará mais civis do que militares, mas ainda assim a presença estrangeira deve provocar impactos.

Elogios ao acordo

Em entrevista à BBC News Brasil na terça-feira, o embaixador aposentado Roberto Abdenur - que chefiou a Embaixada do Brasil nos EUA entre 2004 e 2006 - elogiou o acordo com os EUA e criticou a parceria com a Ucrânia.

"O entendimento com a Ucrânia era precário, a Ucrânia não teria condições plenas de cumprir com tudo que seria necessário. Perdeu-se tempo, perdeu-se di-

nheiro e não se conseguiu nada."

Segundo ele, como os EUA detêm 80% do mercado global de componentes de satélites, é difícil explorar o setor sem o aval do país.

"Eu realmente acho muito positivo esse acordo porque vai se viabilizar pela primeira vez, ainda que com muito atraso, a base de Alcântara. Como disse o ministro de Ciência e Tecnologia (Marcos Pontes), com esse entendimento com os EUA será fácil seguirmos com entendimento com outros países. Não queremos que apenas os Estados Unidos usem a base", disse Abdenur.

O embaixador afirmou ainda que, segundo pessoas que conduziram as negociações, foram resolvidos "os problemas de prejuízo à nossa soberania que existiam na primeira versão do acordo, do ano 2000".

Quilombolas de Alcântara

O acordo com os EUA também gera críticas e temores entre moradores de Alcântara.

Lideranças locais dizem que no município há mais de 200 comunidades quilombolas, agrupadas em três territórios. As áreas ainda não tiveram os processos de titulação finalizados.

O centro de lançamentos fica dentro de um dos territórios pleiteados, que ocupa uma área equivalente a 78 mil campos de futebol - e abriga 108 comunidades.

Dessas, mais de 40 teriam de ser despejadas caso a ampliação do centro estudada desde os anos 2000 seja levada a cabo, diz à BBC News Brasil Servulo Borges, militante do movimento quilombola de Alcântara. Ele diz acreditar que o acordo com os EUA acelerará os planos de ampliação.

Convenção 169 da OIT

Continuação: As polêmicas sobre o acordo entre Brasil e EUA para uso do centro espacial de Alcântara

Borges afirma ainda que os moradores não foram consultados sobre o acordo com os EUA - o que, segundo ele, fere a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.

Ratificada pelo Brasil em 2002, a convenção determina que esses grupos devem ser consultados sobre medidas governamentais que tenham impacto sobre eles.

O documento também postula que "os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma".

Em 2007, ao analisar uma disputa envolvendo o próprio centro de Alcântara, a Justiça Federal reconheceu a aplicação da Convenção 169 para comunidades quilombolas.

Na ocasião, o juiz José Carlos do Vale Madeira, da 5ª Vara Federal do Maranhão, determinou que a direção do centro não poderia impedir que 47 quilombolas fizessem roças em áreas de onde foram expulsos para a instalação do centro.

A BBC News Brasil questionou a Presidência da República, o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Força Aérea Brasileira sobre possíveis impactos do acordo para quilombolas de Alcântara, mas não recebeu respostas até a publicação desta reportagem.

Expulsão de famílias

O conflito na região remonta à década de 1980, quando uma área onde viviam 312 famílias foi desapropriada para a construção da base. As famílias foram realojadas para sete "agrovilas" concebidas por militares.

Segundo Borges, a transferência "descaracterizou o modo de organização social" das comunidades, impondo-lhes condições "completamente diferentes da vida no quilombo" e semelhantes às de assentamentos de reforma agrária.

O quilombola Nonato Masson, advogado do Centro de Cultura Negra do Maranhão, diz que os quilombos de Alcântara viveram sem interferências externas de 1700 até o fim da década de 1970, quando o governo se moveu para construir o centro de lançamentos.

Ele diz que, além da consulta sobre o uso do centro e a conclusão da titulação dos territórios, as comunidades exigem ser indenizadas pelos impactos do desalojamento nos anos 1980 - que, segundo ele, representou "a destruição de uma experiência positiva da diáspora africana num processo extremamente violento".

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube? Inscreva-se no nosso canal!

<https://www.youtube.com/watch?v=ug2cXtlvJA8&t=3s>

<https://www.youtube.com/watch?v=jqcHMPdR0yk&t=5s>

Receita Federal apreende cerca de R\$10 milhões em brinquedos piratas no centro de SP

CIDADE

Reprodução Google Street View / Estadão



Ação contra pirataria de brinquedos na região central de São Paulo ocorreu na manhã desta quarta-feira

o objetivo de combater a **pirataria** e melhorar a mobilidade na região central da cidade.

A Operação Comércio legal apreendeu aproximadamente 400 toneladas de material pirata. Os estabelecimentos comerciais e ambulantes que comercializem produtos irregulares terão suas respectivas licenças cassadas, nos termos da legislação municipal em vigor, sem prejuízo de outras sanções penais.

Operação se concentrou em 70 boxes das galerias Feira Shop, Zuny e Unifree

SÃO PAULO - Ação da Receita Federal em conjunto com a Prefeitura de São Paulo apreendeu nesta quarta-feira, 20, cerca de R\$ 10 milhões em brinquedos piratas na região da 25 de março, centro da capital paulista.

Depois de dois meses de investigações preliminares da Receita e de escritórios de advocacia que representam marcas de brinquedos, a operação se concentrou em 70 boxes das galerias Feira Shop, Zuny e Unifree.

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, disse que a maioria do material apreendido na operação era de qualidade duvidosa e em especial brinquedos. "Aqui temos brinquedos com material tóxico, brinquedos fora das especificações do Inmetro, tem peça que pode ser engolida pela criança, enfim nada traz um prejuízo maior à questão da saúde envolvendo as nossas crianças", explica Covas.

A Prefeitura de São Paulo promove, desde novembro do ano passado, a Operação Comércio Legal, que tem

Negociadores comerciais americanos visitarão a China na próxima semana

Pequim, 21 Mar 2019 (AFP) - O representante comercial dos Estados Unidos, Robert Lighthizer, e o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, visitarão a China nos dias 28 e 29 de março para tentar negociar um acordo comercial, anunciou o ministério chinês do Comércio.

Após a visita, o vice-primeiro-ministro Liu He, principal negociador da China, viajará em abril aos Estados Unidos para dar continuidade às negociações, informou o porta-voz do ministério, Gao Feng.

Washington e Pequim estão negociando a última fase de um acordo comercial. Os americanos pedem mudanças profundas aos chineses em sua política industrial.

O presidente americano Donald Trump advertiu na quarta-feira que as tarifas dos Estados Unidos às im-

portações da China poderiam permanecer em vigor por um "período substancial", o que reduziu as esperanças de que a conclusão de um acordo provoque a retirada das medidas.

Nos últimos oito meses Estados Unidos e China aplicaram tarifas extras por um valor de quase 360 bilhões de dólares em produtos, que pesam sobre a economia dos dois países.

A Assembleia Popular Nacional da China aprovou na semana passada uma lei para os investimentos estrangeiros que protege a **propriedade intelectual**, uma exigência central dos Estados Unidos, mas os críticos apontam que a lei foi redigida às pressas, sem a contribuição dos setores interessados.

prw/lth/pa/ra/fp

Maxell abre processo contra Apple acusando-a de violação de patentes

A Apple pode ter sofrido mais uma derrota em sua batalha judicial com a Qualcomm, mas isso não significa que a empresa esteja livre de suas obrigações com a Justiça. A fabricante de eletrônicos e dispositivos magnéticos de armazenamento Maxell também acionou a Maçã de Cupertino na Justiça americana alegando a quebra de diversas **patentes** relacionadas a comunicação wireless, design de câmeras, sistemas de navegação e até sons e alertas de notificação. A Apple ainda não comentou - e, segundo a sua política corporativa, nem deve comentar - a situação, mas a Maxell exige, em seu processo, um julgamento avaliado por júri público, compensações financeiras e, finalmente, proibições temporárias (para valerem durante o processo) e definitivas (válidas a partir de uma eventual vitória sobre a Apple) de comércio de diversos aparelhos da empresa - em sua maioria, iPhones e iPads. Veja abaixo uma lista das **patentes** citadas: Número da patente Tecnologia relacionada 6,748,317, 6,580,999, e 6,430,498 navegação por caminhada, citando especificamente aplicações como "Encontre Meus Amigos" e rotas de pedestres como os violadores 8,339,493 design de câmera (sem maiores detalhes) 7,116,438 comunicações sem fio e transferência de arquivos via AirDrop 6,408,193 tecnologia celular (sem maiores detalhes) 6,928,306 sons de alertas e notificações 6,329,794 controle de consumo de energia 10,212,586 destravar um dispositivo por meio de outro 10,084,991 Propriedades de vídeo do Facetime e iTunes Embora as patentes citadas envolvam di-

versos modelos, segundo a documentação do processo (abaixo), a Maxell cita repetidamente o iPhone XS como um aparelho que sistematicamente viola uma ou mais das patentes listadas: "Desde pelo menos junho de 2013, a Apple tem conhecimento das patentes da Maxell e teve numerosas reuniões e interações que tratavam do infringimento das mesmas", diz o processo.

"Tais reuniões incluíram representantes da Apple tendo fornecidas informações detalhadas das patentes da Maxell, a tecnologia desenvolvida a partir delas e o uso continuado das mesmas pela Apple. Por meio deste processo, representantes da Apple pediram e receberam explicações detalhadas do que alega a Maxell. A Maxell acreditou que ambas as partes poderiam chegar à uma solução mutuamente benéfica e, com essa finalidade, considerou potenciais transações de negócio e continuou a responder a múltiplos questionamentos da Apple ao longo de vários anos, incluindo comunicações tão recentes quanto o ano de 2018". Este parece ser mais um caso em que a Apple deve sugerir um acordo a ser firmado fora das cortes judiciais. Entretanto, sua última derrota na justiça americana, onde ela foi condenada a pagar US\$ 31 milhões em danos à Qualcomm pelo mesmo motivo, mostram que a gigante de Cupertino não é imune à legislação.

E a Maxell não é bem uma startup, tendo um tamanho e influência de mercado consideráveis nos setores em que atua.

Índice remissivo de assuntos

Inovação

3

Patentes

3, 10

Pirataria

8

Propriedade Intelectual

9